

ANFIP celebra 71 anos de existência com programação especial

No dia **22 de abril**, a ANFIP comemora **71 anos** de existência. A representatividade dessa longa história é motivo de muito orgulho para todos aqueles que vivem o dia a dia da Associação.

Ao longo dessa trajetória, a ANFIP não só reforçou os serviços prestados aos seus associados, como acompanhou a evolução das relações humanas e institucionais, utilizando os meios mais modernos de interação. Dessa forma, a Entidade sempre esteve um passo à frente na implementação de suas ações. Conseguindo, de fato, realizar! Tudo para manter os associados unidos, como uma grande família que são, em torno de causas e direitos intrínsecos à carreira da fiscalização.

Para celebrar esta data e as conquistas até aqui alcançadas, será divulgada na próxima semana uma sequência de homenagens de pessoas fundamentais na



construção dessa história, seja atuando internamente como construindo parcerias coletivas. **Acompanhe em nossas plataformas digitais** (página na internet, Facebook, Instagram e Twitter).

E, no **dia 22**, a partir das **10 horas**, o presidente Décio Bruno Lopes falará

ao vivo com os associados e receberá pessoas especiais para prestarem as suas homenagens. A transmissão será pelo **Youtube e Facebook da ANFIP**.

Esperamos você, associado, para celebrarmos essa data! Essa história também é sua!

PEC da Reforma Administrativa ameaça continuidade do serviço público brasileiro

O que é mito e o que é verdade na proposta de Reforma Administrativa? Este foi o tema da Live Série ANFIP, realizada na quarta-feira (14/4), para abordar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/20), que pretende fazer profundas mudanças na estrutura da administração pública do país.

O debate foi iniciado pelo presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira; e contou com participação dos deputados Alessandro Molon (PSB/RJ) e Érika Kokay (PT/DF), do analista e consultor político Antônio Augusto de Queiroz e do presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Alison Souza.

Continua na próxima página



Bônus: STF julga Mandado de Segurança da ANFIP

PÁGINA 3

ANFIP do Futuro analisa projeto de unificação de mensalidades

PÁGINA 5

Concorra a sorteio de prêmios no aniversário da ANFIP

PÁGINA 8

Décio Lopes destacou que o assunto impacta toda a sociedade, que precisa de serviços públicos de qualidade, e que é preciso questionar os argumentos usados para justificar a Reforma Administrativa. “Será que vai economizar mesmo? Será que a estabilidade do servidor é um problema para o serviço público ou é a própria garantia de serviço público?”, disse, lembrando outros pontos da proposta, como a avaliação de desempenho, que já existe atualmente, na forma de demissão por insuficiência de desempenho.

Já na avaliação de José Arinaldo, a reforma deteriora a Constituição Federal. “A maneira como a Constituição nos foi enviada, em 1988, eu entendo que, neste momento, o Estado e o governo brasileiro têm que ter um cuidado muito grande, porque [com a reforma] estamos deteriorando essa Constituição, estamos reduzindo e acabando com tudo isso que nos foi entregue. Eu não vejo como falar em Reforma Administrativa para tirar direitos dos trabalhadores”, declarou o vice-presidente.

PEC deve ser rejeitada

Segundo o deputado Alessandro Molon, o serviço público brasileiro pode ser melhor, mas, para isso, é preciso aperfeiçoá-lo. Por considerar a eficiência do serviço público o objetivo central de uma reforma administrativa, frisou a importância da rejeição da proposta apresentada pelo governo, que reduz a transparência do Orçamento; prevê o fechamento de órgãos por decreto; mantém privilégios; e permite a perseguição de servidores. “Ninguém preocupado de verdade com a qualidade do serviço público pode estar satisfeito com essa PEC, como ela se encontra”, disse.

De acordo com o parlamentar, a PEC 32/20 deixa de lado quase todos os temas relevantes que uma boa reforma administrativa deveria endereçar, e

trata quase que exclusivamente de generalidades ou de temas problemáticos, deixando o regime jurídico dos servidores públicos aberto a uma total flexibilização, para ser tratado em projetos de lei posteriores. Sobre a gravidade da proposta da Reforma, concluiu reforçando que “o Poder Público é valioso demais para que nós abramos mão da contribuição que ele pode dar para a mudança do nosso país, que se faz tão necessária diante de tanta desigualdade”.

Também na opinião de Alison Souza, presidente do Sindilegis, diante da pandemia, o momento não é ideal para fazer qualquer reforma da Constituição do Brasil, uma vez que a população está lutando para sobreviver em meio a tanta desigualdade. Segundo ele, se a PEC 32/20 for aprovada, em sua forma original, o serviço público estará aberto para o apadrinhamento, distanciando-o ainda mais do futuro que se quer. “O Brasil, talvez, seja o único país do mundo em que o ministro da Economia está preocupado em fazer ajuste fiscal em plena pandemia”, declarou.

Privatização dos serviços

O analista político Antônio Augusto de Queiroz, em sua exposição, contextualizou o ambiente em que se dá a Reforma Administrativa. “Essa reforma não tem o objetivo de melhorar a qualidade do serviço público nem melhorar a meritocracia no serviço público. Ela tem o objetivo de transferir para o setor privado a ocupação de cargos técnicos, gerenciais e estratégicos, que hoje são ocupados por servidores de carreira, e entregar a gestão da administração pública a instituições privadas, de modo que não é meritória essa proposta”, alertou.

Além disso, segundo Queiroz, a PEC 32/20 parte de três suposições nada republicanas: “A primeira é a suposição de superioridade do setor privado em relação ao Estado na prestação dos

serviços; a segunda é a suposição de que o serviço público é ineficiente e corrupto por natureza; e a terceira é a de que o servidor público ganha muito, trabalha pouco, é preguiçoso e, em alguns casos, até desonesto. Então, as motivações são de natureza ideológica, de um lado, e de interesses fisiológicos patrimonialistas, de outro”, avaliou. Ele também acrescenta que os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Arthur Lira e senador Rodrigo Pacheco, respectivamente, não vão desistir dessa matéria, visando atender aos interesses do empresariado e do setor financeiro.

Para a deputada Érika Kokay, que também participou do debate, no atual momento do Brasil, marcado pelo negacionismo, o governo constrói uma narrativa que não corresponde à realidade, “tecida com os fios da mentira, que desrespeitam todos os fatos”. Segundo ela, apesar da ação “fiscalista” do governo, não é alcançado resultado positivo algum para a sociedade, nem qualquer equilíbrio fiscal para o país, principalmente por não ter nenhuma proposta de arrecadação. “Nós estamos vivenciando não apenas uma lógica austericida, penalizando os servidores e servidoras, mas uma nova concepção de Estado que está rompendo o Estado de Proteção Social, que está na nossa Constituição. A função do Estado não é dar lucro, é assegurar políticas públicas. O governo quer se apropriar do Estado, para que o Estado lhe sirva em vez de servir o próprio povo”, expôs.

Ainda durante a live, os participantes responderam a diversas perguntas, como as enviadas pelo economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Paulo Kliass; e pelo presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Célio Fernandes de Souza.

Clique [AQUI](#) para acessar o vídeo completo da live.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Bônus de Eficiência: STF julga Mandado de Segurança da ANFIP

O Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou na segunda-feira (12/4) o julgamento do Mandado de Segurança nº 35.500, impetrado pela ANFIP para declarar a inconstitucionalidade da atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) ao determinar corte do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, para Auditores Fiscais aposentados e para pensionistas.

O julgamento virtual, iniciado no dia 2 de abril, deliberou por 9 votos, que não é atribuição do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão sem função jurisdicional, exercer controle de constitucionalidade do pagamento do Bônus de Eficiência aos inativos e pensionistas.

Votaram a favor do Mandado da ANFIP, além do ministro relator do processo, Alexandre de Moraes, os ministros Luís Roberto Barroso, Kassio Nunes Marques, Rosa Weber, Carmen Lúcia, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Entenda a ação - Em 2018, o ministro relator, Alexandre de Moraes, ao apreciar o pedido liminar do referido Mandado de Segurança, determinou que: “o Tribunal de Contas da União, nos casos concretos submetidos à sua apreciação, se abstenha de afastar a incidência dos §§ 2º e 3º dos artigos 7º e 17 da Medida Provisória 765/2016, convertida na Lei 13.464/2017”.

Porém, mesmo após a concessão da medida liminar pelo STF, a Corte de Contas da União, quando da homologação das



aposentadorias, continuou proferindo decisões suspendendo o pagamento do Bônus, em clara violação ao comando da decisão liminar.

Diante deste cenário, a ANFIP passou a desenvolver ações em favor dos seus associados junto à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) para restabelecer todos os pagamentos, sendo organizados vários ofícios e despachos pela Associação juntamente com o seu corpo jurídico.

A ANFIP, desde janeiro de 2018, vem empregando os esforços necessários para defender os pagamentos. A decisão atual do STF, garantindo a segurança jurídica do Bônus de Eficiência, é mais um resultado do empenho da ANFIP em favor de todos os associados aposentados e pensionistas.

ANFIP discute preparativos para XXVIII Convenção Nacional

A Comissão Organizadora da XXVIII Convenção Nacional da ANFIP reuniu-se na terça-feira (13/4), por videoconferência, para iniciar os preparativos do evento magno da Entidade, realizado a cada dois anos, previsto para acontecer de 18 a 21 de setembro de 2021.

O principal ponto analisado foi o formato do encontro – se presencial, on-line ou híbrido (com participação on-line e presencial), a depender das condições sanitárias do país e da contenção da pandemia da Covid-19. “Estamos acompanhando o cenário atual e vamos decidir para o que for mais seguro aos nossos associados”, afirmou o presidente Décio Bruno Lopes.

A coordenadora da Comissão, Albenize Gatto Cerqueira (vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas), ressaltou que, neste momento, é preciso cautela, pois ainda não há garantia de que todos estejam vacinados até a data do evento. “Até o momento, menos de 15% da população recebeu a



vacina. Mesmo depois da vacinação, precisamos manter os cuidados”, disse a coordenadora.

Para avaliar estes pontos e dar andamento às questões administrativas da Convenção, a Comissão Organizadora realiza nova reunião no dia 25 de maio.

Além da coordenadora Albenize

Gatto, integram o grupo os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), Luiz Mendes Bezerra (Finanças), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos).

Pacto de Brasília reafirma que Reforma Tributária é prioridade



Preocupados com os impactos socioeconômicos da pandemia no país e com o futuro da Reforma Tributária, as

lideranças integrantes do Pacto de Brasília, do qual a ANFIP faz parte, reuniram-se na segunda-feira (12/4) para analisar a conjuntura dos trabalhos da Comissão Especial mista que trata da matéria no Senado.

Defensor da autonomia da Administração Tributária, o Pacto debateu os possíveis desdobramentos decorrentes da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, que pode adiar novamente a tramitação da Reforma Tributária.

Na segunda-feira (19/4), às 10h, o grupo agendou uma reunião com o consultor Luiz Carlos Haully para discutir a pauta e articular estratégias em prol das reformas nas Casas, bem como definir os próximos passos em defesa dos servidores e da população brasileira.

Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Servir Brasil avalia estratégias para impedir avanço da PEC 32/20



As entidades que integram a Frente Servir Brasil reuniram-se na segunda-feira (12/4) para definir ações imediatas para impedir que a Reforma Administrativa, prevista na PEC 32/20, avance no Congresso Nacional. Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O deputado Israel Batista (PV/DF) reafirmou que o conselho curador da Servir Brasil vai avaliar as estratégias possíveis, dentro

da perspectiva técnica e política. “Não estamos presos a ideias. Estamos presos na tentativa de conseguir nossos objetivos. Nossa equipe técnica vai verificar se é preciso adotar outras estratégias. Nosso papel é construir a unidade da luta. Trazer para o debate. De conversar. De ouvir”, disse Israel Batista.

As entidades presentes avaliaram que o governo pode “tratar”, já que tem maioria de votos, assim como fez na tramitação da PEC 186/19, que avançou rapidamente nas duas Casas. Ao fazer isso, será mais uma vez sem o devido debate com servidores ou com os usuários dos serviços públicos. “Vamos fazer um debate público. Se necessário, estamos à disposição para melhorar o texto e debater estratégias. Nossa frente tem compromisso com o que é certo”, declarou Israel Batista. Assim que, politicamente, o deputado articular com os demais parlamentares, uma nova reunião será realizada com as entidades.

Segundo Vilson Romero, a estratégia da Servir Brasil tem que estar alinhada com outros movimentos sociais e frentes parlamentares que combatem ou questionam a Reforma Administrativa.

Gov.br será o único canal de acesso de informações funcionais

Em breve, o login [Gov.br](https://gov.br) será o **único canal de acesso** para vários serviços relacionados à vida funcional do **servidor público federal**, tais como consulta ao contracheque, consignações, envio de atestado de saúde, dados cadastrais, prova de vida, entre outros.

A Secretaria Especial de Gestão, Desburocratização e Governo Digital, por meio da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, está preparando um **novo aplicativo** com vários serviços para atender exclusivamente servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas.

Para ter acesso, será **necessário ter uma conta gov.br** com Selo de Confiabilidade Prata ou Ouro, que garante maior segurança à informação.

Portanto, aqueles servidores que ainda não possuem uma conta Gov.br, **devem criar** uma no link acesso.gov.br. Em caso de dúvidas, podem seguir o [passo a passo](#). Sobre o Selo de Confiabilidade atribuído à conta Gov.br, o servidor pode

consultar no link confiabilidades.acesso.gov.br. No mesmo endereço, também é possível adquirir os selos Prata e Ouro.

Siga o passo a passo e crie sua conta gov.br:

- 1) Acesse acesso.gov.br
- 2) Clique no botão “Crie sua conta gov.br”
- 3) Escolha uma das 6 opções de cadastro que aparecerão na tela

Dica: as opções Validação Facial no App Meu gov.br ou o cadastro por meio da sua instituição bancária já atribuem os selos prata e ouro à conta gov.br

4) Preencha o formulário online

5) Já possui o login gov.br? Então, consulte o selo de confiabilidade atribuído à sua conta em confiabilidades.acesso.gov.br (necessário o login)

6) Não possui Selo Prata ou Ouro? Obtenha um no mesmo link confiabilidades.acesso.gov.br (necessário o login)

Fonte: Portal do Servidor

Frente do Serviço Público elabora novas ações contra PEC 32/20



As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, dentre elas a ANFIP, realizaram mais uma reunião virtual, na segunda-feira (12/4), para analisar a atual conjuntura política e discutir estratégias de atuação conjunta em defesa do serviço público. Pela ANFIP, participaram o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo

Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. A reunião também contou com a presença do deputado federal Rogério Correia (PT/MG).

Rogério Correia sugeriu a execução de um amplo abaixo-assinado com a participação de diversas associações e sindicatos dos servidores que atuam nas esferas

federal, municipal e estadual, além de vereadores e deputados, para que a PEC 32/20 (Reforma Administrativa) pare de tramitar durante o período da pandemia. O deputado enfatizou ainda a necessidade de mobilização das entidades. “Nesta fábrica de crises do atual governo, acho que nós temos que atuar para mostrar a importância do serviço público. Não se pode buscar a destruição do serviço público, em especial, na pandemia”, declarou.

Os dirigentes apresentaram as sugestões de atuação de cada entidade. Além do abaixo-assinado, a Frente deliberou ainda a realização de debates estaduais com a participação de entidades e parlamentares; a entrega de uma carta em nome da Frente ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), requerendo a pausa da tramitação do projeto; e a solicitação de audiências com o líder da minoria, deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ), com o relator da PEC 32/20 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Darci de Matos (PSD/SC), e com o presidente da Câmara.

Comissão ANFIP do Futuro analisa projeto de unificação de mensalidades



Os integrantes da Comissão ANFIP do Futuro, formada por integrantes do Conselho Executivo, do Conselho de Representantes e por associados, realizaram reunião virtual, na terça-feira (13/4), para dar continuidade ao projeto de unificação das inscrições e das mensalidades da Entidade. A abertura foi realizada pelo vice-presidente Executivo,

Márcio Humberto Gheller.

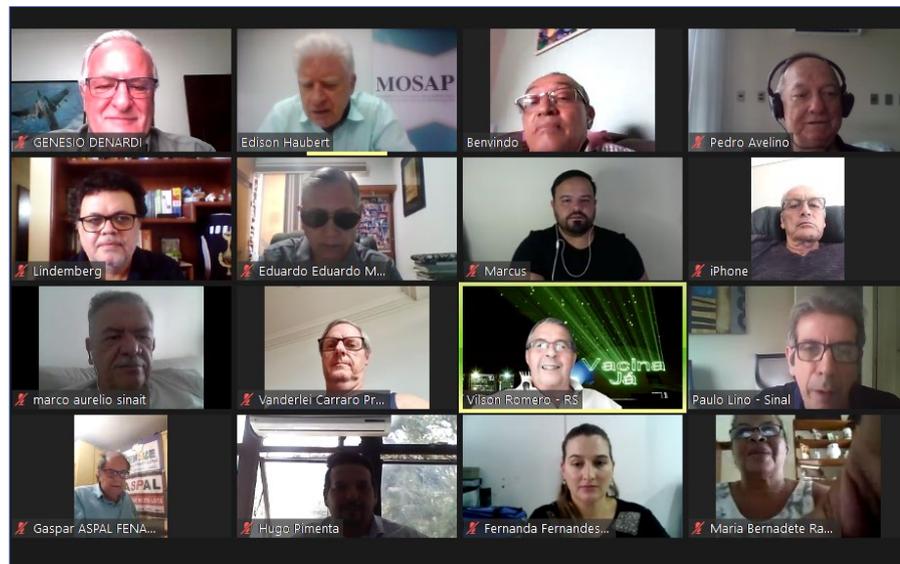
Nesta fase, são analisados os relatórios recebidos das Estaduais. A ANFIP também está colaborando com as associações que estão tendo dificuldades em fazer o levantamento dos dados. Posteriormente, as informações serão encaminhadas para a consultoria atuarial, responsável por viabilizar a verificação

de todos os possíveis resultados da implantação do projeto, embasando futuras decisões da ANFIP.

Após debatidas e aprimoradas pela Comissão, as sugestões do grupo serão apresentadas aos conselhos da Entidade para deliberação.

Também estiveram presentes na reunião os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI), Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário), Arioaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais); e os presidentes estaduais Carlos José de Castro (GO), Genésio Denardi (SP) e Leila Signorelli (RJ), além do vice-presidente Floriano José Martins (SC) e das associadas Ercília Leitão Bernardo (CE) e Léa Pereira de Mattos (DF).

ANFIP e MOSAP criam plano de ação alinhado à modernidade em 2021



Devidamente recuperados dos casos de Covid-19, os representantes das entidades de classe integrantes do Instituto MOSAP retornaram às atividades, na terça-feira (13/4), em reunião virtual, para debater os próximos passos em defesa dos aposentados e pensionistas, sobretudo diante do atual cenário nacional.

Edison Haubert, as discussões consideraram a delicada situação no Congresso Nacional e a abalada relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que dificulta a tramitação das reformas, incluindo a Administrativa, e compromete as medidas de contenção do coronavírus no país.

Coordenadas pelo presidente Sem alinhamento, as autoridades

seguem prejudicando ainda mais a economia e deixando a população brasileira cada vez mais vulnerável. Mobilizado, o grupo do MOSAP segue no aguardo das próximas decisões dos parlamentares, do STF e do Executivo; contatando e convocando, enquanto isso, parlamentares de diferentes partidos para participarem da luta e dar voz aos servidores nas Casas.

Além disso, pensando em estratégias mais efetivas para garantir visibilidade e atrair maior quantidade de pessoas à causa, a equipe está debatendo a possibilidade de tornar-se mais ativa nas redes sociais, com enfoque no público virtual. A nova medida visa trazer inovação e adaptar as demandas da pauta à modernidade.

Pela ANFIP, estiveram presentes José Avelino da Silva Neto, vice-presidente de Assuntos Parlamentares; Tereza Liduína Santiago Félix, vice-presidente de Aposentadorias e Pensões; Vilson Antonio Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos; e Genésio Denardi, presidente da Estadual em São Paulo.

MCCE discute reforma eleitoral



A ANFIP, representada pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, participou da reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), na quarta-feira (14/4), em conjunto com os

representantes das demais entidades que integram o grupo.

Durante o encontro, os diretores do Movimento abordaram questões acerca da Lei Complementar 135/2010 (Ficha Limpa) e apresentaram os trabalhos feitos

em relação aos temas que têm sido discutidos pelo Grupo de Trabalho da Reforma Eleitoral, na Câmara dos Deputados. Segundo o diretor do MCCE, Luciano Caparroz Santos, as ações não ficarão restritas apenas à Lei da Ficha Limpa e à Lei 9.840 (Compra de Votos), mas, outros temas, como inclusão de minorias no processo eleitoral, serão adicionados nas discussões para aperfeiçoar o sistema.

Outra ação realizada pelo MCCE, é a promoção do GT Mulheres. O objetivo do grupo de trabalho é incentivar a participação da mulher na vida política, tendo como proposta a promoção e fortalecimento do debate com foco nas candidaturas femininas nas eleições de 2022.

Na oportunidade, também foi apresentado o vídeo promovido em parceria com o Conselho Federal de Administração (CFA) para conscientizar a população sobre o dever de combate à corrupção. Confira [AQUI](#).

BENEFÍCIOS

Associe-se à Cooperforte e usufrua de serviços de crédito e investimento diferenciados

Sabia que você, associado da ANFIP, também pode ser um associado da Cooperforte e usufruir das vantagens de participar de um sistema que se fundamenta na solidariedade humana, na confiança e na ajuda financeira mútua?

A associação é 100% digital, por meio do APP COOPERFORTE, com integralização de capital de R\$ 50,00 (pagamento único), por meio de boleto bancário ou cartão de crédito. Basta preencher os dados diretamente no aplicativo e encaminhar as cópias dos documentos solicitados (RG/CNH, comprovante de renda emitido nos últimos 90 dias, documento que comprove seu vínculo empregatício ou associativo) e efetuar a declaração de bens e patrimônio requerida.

Conheça os benefícios de se associar a uma das maiores cooperativas de crédito do país, fundada há 36 anos, com cerca de 150 mil associados e ativos superiores a R\$ 2,6 bilhões:

Produtos de crédito: limites pré-aprovados, para você utilizar quando necessitar, com base na sua renda mensal comprovada e situação econômico-financeira, podendo contratar:

- até duas operações de Crédito Parcelado, sendo uma de curto, médio ou longo prazo (CP Curto, de 4 a 12 meses; CP Médio, de 13 a 36 meses e; CP Longo, de 37 a 72 meses) e outra de curto ou médio prazo (CP Curto e CP Médio), com taxas a partir de 0,94% ao mês;
- Crédito 13º com taxa de 1,39% ao mês, e pagamento quando você receber a parcela de adiantamento de seu 13º salário de seu empregador;
- Crédito Garantido: disponível nas modalidades Único (em até 180 dias) e Parcelado (de 4 a 36 meses), com taxa de 0,69% ao mês + TR, direcionado a investidores que necessitam lançar mão de recursos emergencialmente ou realizar algum projeto, sem ter que resgatar suas aplicações financeiras.

• Crédito Rápido: linha de crédito de curto prazo (entre 30 e 59 dias), para pagamento em parcela única, com taxa de 1,39% ao mês.

Produtos de investimentos: opções para investimentos em renda fixa, com remuneração diferenciada e a segurança de uma das maiores cooperativas de crédito do país (Rating A+, pela AUSTIN, e A3, pela ARGUS, ambos com perspectivas estáveis). Você pode aplicar em:

ASSOCIE-SE à COOPERFORTE!
 Conheça nossos produtos e os diferenciais do sistema cooperativista.
 Acesse www.cf.coop.br para saber mais.

Baixe APP para se ASSOCIAR!
cooper.vc/AppCOOPERFORTE

• LETRA FINANCEIRA DA COOPERFORTE (LFC), para aplicações a partir de R\$ 100 mil, com prazo de aplicação de 24 meses e resgate apenas ao final do contrato – nas modalidades LFC-pré, com taxa pré-fixada de 6,70% ao ano, e LFC-pós-cdi, com taxa pós-fixada de CDI + 0,90% ao ano;

• RDC-p, para aplicações a partir de R\$ 50 mil, com liquidez diária, remuneração de CDI + 0,25% ao ano e prazos de 24 a 60 meses;

• RDC-i, para aplicações a partir de R\$ 200,00, com liquidez diária, remuneração equivalente a 103% do CDI e prazos de 24 a 60 meses;

• RDC-i Programado, para aplicações a partir de R\$ 200,00, com liquidez diária, remuneração equivalente a 103% do CDI e prazos de 60 meses.

Ao operar com a COOPERFORTE, você ainda garante a participação nos resultados financeiros anuais, as sobras. Para os investidores, esse diferencial cooperativista aumenta a rentabilidade das aplicações; e para os tomadores de crédito, resulta na devolução de parte dos juros pagos a cada exercício.

Ao se associar à COOPERFORTE você também pode indicar familiares até o 3º grau (pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, avós, bisavós, netos e bisnetos) e afins até o 1º grau (sogros, enteados, genros e noras) ou colegas de trabalho, e ganhar 2 mil pontos Nível por associação efetivada, que podem ser trocados por produtos, experiências, passagens aéreas e muito mais.

Procurando livros? Encontre o que você precisa na plataforma de benefícios

Só no ANFIP Tem +Vantagens, a plataforma de benefícios exclusiva dos associados, você encontra os livros que precisa com descontos especiais. Tem LTr, Livraria Cultura, Ubook, JHMizuno, Publicações Pão Diário e Dentro da História. Acesse [AQUI](#) e confira.

O Clube de Benefícios tem ainda descontos em centenas de empresas parceiras, com condições e preços diferenciados para compra ou contratação (viagens, hospedagens, educação, livraria, veículos, gastronomia, academia, produtos e serviços).

Conheça o Empréstimo Pessoal com garantia de veículos do Banco Alfa

Com o objetivo de facilitar a vida financeira dos associados, o Banco Alfa, parceiro da ANFIP, disponibiliza o Alfa Empréstimo Pessoal com garantia de veículos. Você não precisa vender seu carro, apenas utilizá-lo como garantia.

A modalidade oferece ainda taxas especiais de 0,89% ao mês. Você pode realizar sua simulação online com assinatura digital e ter seu dinheiro liberado em até 48 horas. Confira as condições e não perca essa oportunidade realizar seus planos ou organizar sua vida financeira!

Está chegando! Concorra ao sorteio de prêmios no aniversário da ANFIP



Em abril, a ANFIP completa 71 anos de existência. Para comemorar a data, quem ganha os presentes são os nossos associados. Isso mesmo! O ANFIP Tem + Vantagens sorteará aos usuários da plataforma de benefícios, no dia 22 de abril, uma adega de vinhos, um Kindle Paper White e um kit de vinhos especiais.

Para aqueles que já possuem cadastro ativo no Clube de Vantagens, não é necessário preencher ficha ou qualquer tipo de adesão. Simplesmente acesse a [plataforma](#), até o dia 21 de abril e pronto, você concorrerá automaticamente! Para os associados que ainda não ativaram, é necessário se cadastrar na plataforma. Basta clicar [AQUI](#) e preencher os dados solicitados. Serão contemplados 3 ganhadores. Boa sorte!

Este sorteio é uma parceria com a MarktClub, que oferece aos nossos associados descontos e promoções imperdíveis nas áreas de saúde, educação, lazer, eletrodomésticos, academias, viagens, automóveis, e muito mais.

ESTADUAL

Imposto de Renda: Agafisp prorroga plantão até o final de maio



Com a publicação, em 12 de abril, da Instrução Normativa RFB nº 2020/2021, o prazo final de entrega da declaração de ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2021, ano-calendário 2020, foi alterado para 31 de maio de 2021.

A prorrogação do prazo para entrega do Imposto de Renda, segundo a Receita Federal, foi promovida como forma de suavizar as dificuldades impostas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Diante disto, a Agafisp, como tem feito costumeiramente todos os anos,

segue disponibilizando o plantão de apoio ao preenchimento da Declaração Anual, através do vice-presidente José Amilton Vieira Freire.

O diretor informa que, ao procurar os meios digitais ou o contato telefônico para orientação, os associados devem ter consigo os documentos mínimos para serem informados:

- Informes de rendimentos de instituições financeiras, inclusive corretora de valores;
- Informes de rendimentos de salários, pró-labore, distribuição de lucros, aposentadoria, pensão etc. Neste

exercício, teremos dois informes: um fornecido pelo Ministério da Economia (período 01 a 08/2020) e outro expedido pelo DECIPEX-Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgão Extintos (período de 09 a 12/2020);

- Informes de rendimentos de aluguéis de bens móveis e imóveis recebidos de pessoas jurídicas;
- Informações e documentos de outras rendas recebidas no ano, como pensão alimentícia, doações e herança;
- Informe de pagamentos às instituições de ensino e planos de saúde: Geap, Unimed.

Dos bens e direitos, devem estar à mão:

- Documentos que comprovem a compra e a venda de bens e direitos;
- Cópia da matrícula do imóvel e/ou escritura de compra e venda;
- Boleto do IPTU de 2020;
- Contratos sociais de empresas em que o contribuinte seja sócio.

O plantão poderá ser agendado pelo (51) 99218-6256 (Fone/WhatsApp) e (51) 3224-4355 ou pelos e-mails financeiro@agafisp.org.br e agafisp@agafisp.org.br.